

Comissões - CCJ

## Medida é inclusiva e constitucional, dizem apoiadores

Os estudantes pobres do país são discriminados, mas os pobres negros são muito mais discriminados, enfatizou William Douglas, coordenador e professor do Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), durante audiência realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O professor manifestou-se favorável ao projeto (PLC 180/08) que institui a política de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e estaduais e no ensino técnico de nível médio.

William Douglas, que é juiz federal, disse ter sido inicialmente contrário ao mecanismo, mas mudou de opinião em decorrência do convívio que teve com adolescentes pobres e negros que não conseguiam ser bem-sucedidos nos estudos e no trabalho por serem negros. Ele pediu a aprovação da proposta, ainda que haja o texto contenha imperfeições.

– Tratar os desiguais desigualmente é justo e não é inconstitucional. Se o Senado aprovar esse projeto, estará fazendo uma grande ação pelo país. Vamos dar dez anos para esses meninos e meninas. É tudo de que eles precisam – afirmou William Douglas.

Outro apoiador da proposição, o procurador de Justiça Augusto Werneck, integrante do Movimento dos Promotores de Justiça do Brasil, disse que a política de cotas deveria perdurar não apenas dez anos, mas pelo tempo de uma geração, pelo menos 25 anos. Esse é o período mínimo necessário, defendeu, para que o país faça a reparação devida aos descendentes dos 10 milhões de negros que entraram no Brasil nos 300 anos em que perdurou a escravidão. Ele garantiu que a política de cotas é constitucional e atende aos critérios de razoabilidade, servindo ainda para tornar visível o fato de que o negro é discriminado.

### Convívio

Para o representante da organização não-governamental (ONG) Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, o projeto permite a prática da diversidade e do convívio social efetivo e real entre os alunos no sistema educacional. Ele acredita que a política vai fazer com que os alunos da classe média possam voltar para as escolas públicas. Realçou também o fato de a proposição contar com a aprovação de várias entidades da sociedade e de parlamentares de todos os partidos políticos.

Daniel Cara aproveitou para citar relatório divulgado em 2008 pela Universidade de Brasília (UnB) com os resultados obtidos pela primeira turma de cotistas – que ingressaram em 2004 na universidade. De acordo com o relatório, o desempenho dos cotistas

foi pontuado em 3,9 (em uma gradação de 0 a 5), acima da média da instituição, que é de 3,8. O documento indica que apenas 1% dos 378 alunos que ingressaram na UnB pela política de cotas naquele ano abandonou o curso.

Wellington do Carmo Faria, da Coordenação Nacional do Movimento dos Sem Universidade (MSU), também destacou o caráter suprapartidário do projeto e apontou como principal característica da proposta a possibilidade de propiciar o equilíbrio entre as classes sociais e as raças no Brasil.

Falando em nome do Fórum da Educação Indígena, Rosani Fernandes Kaingang, mestranda de Direito, defendeu a proposta, declarando ser uma das beneficiárias de uma ação afirmativa. Para ela, é justo que exista algum tipo de política que reduza a situação de exclusão em que vivem alguns grupos, como é o caso dos indígenas.

– Se o Estado é plural e ético, tem que pensar em critérios diferentes para acesso a essas pessoas tão excluídas. Essa seria uma forma de esses grupos firmarem sua identidade – afirmou.

81162

[Agência Senado](#) | [Rádio Senado](#) | [Senado na Mídia](#) | [TV Senado](#)

Edição de quinta-feira, 19 de março de 2009

[Edição Atual](#) | [Outras Edições](#) | [Edição Impressa](#) | [Assinaturas](#) | [P](#)

[Primeira Página](#) | [Agenda](#) | [Senado](#) | [Presidência](#) | [Plenário](#) | [CPIs](#) | [Crise](#) | [Debates](#) | [Homenagens](#)

Comissões - CDH

## Fim do racismo esbarra na "indiferença" da sociedade

**Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes indígenas e de negros denunciam omissão da sociedade e do Estado na luta contra a discriminação**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou ontem audiência pública para discutir propostas aprovadas na Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, realizada em Durban (África do Sul), em 2001. Entre 20 e 24 de abril, em Genebra (Suíça), será realizada uma conferência de avaliação da implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban.

Rosani Fernandes, representante dos povos indígenas Caingangue, de Santa Catarina, e da reserva Mãe Maria, do Pará, afirmou que o Estado brasileiro deveria tratar "com dignidade" as diferenças dos indígenas. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Rosani denunciou o "genocídio cultural" a que esses povos foram submetidos.

Ela assinalou que, quando os indígenas buscam os seus direitos junto às administrações públicas municipais e estaduais, verifica-se a manifestação do que considera "colonialismo cultural". A representante também disse que é necessário estabelecer um tratamento justo e igualitário para essas etnias, nos níveis básico e médio de ensino, que seja distinto dos moldes atuais, qualificados pela expositora de "integracionismo forçado".

- Somos tratados com indiferença. Existe, sim, racismo, e sentimos isso quando solicitamos materiais como cadeiras. Sendo cadeiras para índios, perguntam por que não se sentam no chão ou em pedaços de paus - protestou Rosani.

#### Racismo

Na mesma reunião da CDH, representante da Coordenação Nacional das Entidades Negras, Marcos Cardoso, que participou do processo de preparação da conferência de Durban, lembrou que o governo brasileiro não adotou uma posição firme sobre direitos, embora o país seja signatário da declaração e do plano de ação propostos pela conferência.

- A discussão do racismo incomoda a sociedade brasileira, que é racista, não reconhece e não quer discutir maneiras de superar o problema - avaliou.

Marcos Cardoso elogiou a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatória a temática "História e Cultura Afrobrasileira" no ensino fundamental e médio, e o projeto de lei da Câmara 180/08, que estabelece uma reserva de 50% das vagas das universidades públicas para alunos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado.

Ao término da audiência, o presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), concordou com Marcos Cardoso que o racismo é um fato e insistiu na proposta de o movimento negro lutar também contra o analfabetismo. Disse que a reserva de cotas para negros e pobres "tira o tapete da sala", ao denunciar o racismo existente, e reafirmou que a CDH continuará a servir de fórum de discussão sobre o tema.